

JESUÍTAS ALEMÃES E O PROJETO DE UMA COLÔNIA ÉTNICA E RELIGIOSAMENTE HOMOGÊNEA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: PORTO NOVO (ITAPIRANGA)

*André Carlos Werle**

Resumo

Os jesuítas alemães imigraram para o Brasil na 2ª metade do século XIX, com mais intensidade a partir da década de 1870, quando foram expulsos da Alemanha de Bismark. Trouxeram em sua bagagem a experiência de uma série de atividades, religiosas ou não, vivenciadas na Europa e que foram implementando junto com descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. O resultado foi um conjunto de atividades e instituições que culminou, em 1926, na formação da colônia Porto Novo, nas margens catarinenses do rio Uruguai, projetada para ser étnica e religiosamente homogênea: alemã e católica. As características do projeto de Porto Novo revelam um forte caráter utópico: formar uma comunidade pura, homogênea, onde os colonos alemães pudessem viver e progredir, protegidos dos "males da modernidade" e onde pudessem preservar sua identidade étnica e sua religiosidade.

Palavras-chave: Colonização, religião, etnicidade.

* Licenciado e Bacharel em História, Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é doutorando no programa de Pós-Graduação em História da UFSC, desenvolvendo pesquisa acerca dos Congressos Católicos realizados pelos jesuítas alemães no Sul do Brasil.

1. Introdução

Várias levas de imigrantes europeus atravessaram o Oceano Atlântico durante a segunda metade do século XIX em busca de novas terras para cultivar. Fizeram-no por razões diversas, mas não sem sonhos e esperanças. A imagem de uma vida próspera e tranquila em meio a exuberantes paisagens beirando o “país das maravilhas”, cultivando terras extraordinariamente férteis e abundantes de sua propriedade, permeava suas expectativas. Imaginavam um mundo quase fantástico, fomentado pela propaganda de empresas colonizadoras e pela correspondência de quem já havia partido. Para trás ficava a terra natal, com sua comunidade, antigos vizinhos, instituições, religião, tradições, costumes, enfim, o meio no qual haviam criado laços culturais demasiado fortes para serem esquecidos. Talvez por isso levavam-os consigo e acabavam por se constituir bens culturais que posteriormente seriam a matéria-prima para a formação das colônias de imigrantes no Brasil. As colônias se constituíram, dessa forma, a partir da junção do ambiente novo com os antigos costumes, tradições, instituições e formas de sociabilidade profundamente arraigadas trazidas pelos colonos de além-mar.

Nas primeiras décadas do século XX, entretanto, as colônias mais antigas do Rio Grande do Sul começaram a enfrentar uma situação que, para os primeiros imigrantes, podia ter parecido improvável. Fruto, talvez, dos avanços de uma civilização pautada no trabalho e que procurava exaustivamente o progresso. Com o acentuado crescimento demográfico e a vinda de novos imigrantes, somado ao esgotamento do solo, as terras das colônias mais antigas, outrora férteis e

abundantes, começavam a perder o seu vigor e a serem menos acessíveis. Isso acabou por incentivar os descendentes de imigrantes a saírem em busca de novas regiões de colonização. Nesse sentido, as florestas do Oeste Catarinense, especialmente às margens do rio Uruguai, afiguravam-se-lhes como uma região promissora. Seduzidos por ampla e variada propaganda promovida pelas empresas colonizadoras, os colonos vislumbravam um futuro próspero nas terras do Oeste Catarinense, que eram apresentadas como férteis, abundantes, cobertas por densa floresta e o que era considerado importante: baratas e acessíveis. Abria-se assim um novo horizonte aos agricultores, especialmente aos descendentes de alemães e italianos do Rio Grande do Sul. Com essa perspectiva, não poucas famílias de colonos, especialmente recém-casados e jovens solteiros, procuravam as empresas de colonização para comprar um lote colonial, seguindo o exemplo da trajetória de seus antepassados, quando saíram do velho continente.

As empresas, formadas com capital privado, viam boas perspectivas de lucros no interesse dos colonos por novas terras, o que contribuiu para o surgimento de vários empreendimentos coloniais. Esses recebiam do governo estadual a concessão de grandes áreas em troca da construção de estradas ou através da compra, dividiam-nas em lotes e os revendiam a quem se interessasse. Além disso, a ausência do governo catarinense no sentido de promover políticas de colonização que garantissem o acesso dos moradores da região, os assim denominados caboclos, permitiu que os colonizadores tivessem ampla liberdade de organizar seus núcleos coloniais de acordo com critérios por eles próprios estabelecidos¹. Isso equivale a dizer que

havia liberdade de selecionar ou excluir colonos de acordo com critérios como religião ou etnia. Dessa forma, a colonização do Oeste Catarinense foi promovida por empresas de colonização, que fundavam as denominadas “novas colônias”.

Entre as novas colônias está Porto Novo que, a partir de 1929, passou a se chamar Itapiranga². O que a diferencia das demais colônias do Oeste Catarinense é ter sido planejada e organizada por uma associação de alemães católicos, a *Volksverein für die Deutschen Katholiken im Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para Católicos Alemães do Rio Grande do Sul), fundada em 1912 e orientada por religiosos da Companhia de Jesus daquele Estado. Trata-se de uma associação de leigos, mas com um forte caráter religioso. Suas atividades diziam respeito não só ao culto do sagrado, mas a problemas variados dos católicos alemães: saúde, velhice, cultivo das terras, questões econômicas e financeiras, além de assistência social e prática de filantropia. Sua atuação se estendia pela região de colonização do Rio Grande do Sul e também do Oeste Catarinense, procurando contemplar todas as esferas da vida dos fiéis, promovendo o caráter associativo e assistencial. Nesse sentido, uma das atividades que merece destaque especial, “[...] quiçá por haver-se revelado das mais importantes”, foi a formação de um núcleo colonial, Porto Novo (LUTTERBECK, 1977, p. 126). Em 1926, a *Volksverein* comprou terras localizadas entre os rios Macuco e Peperyguaçú, dividiu-as em lotes de aproximadamente 25 hectares e os revendeu a colonos. A maior parte dos compradores era das antigas regiões de colonização teuta do Rio Grande do Sul e, em menor número, das de Santa Catarina e imigrantes vindos da Europa. Entretanto, eram privilegiados os descendentes de imi-

grantes alemães de religião católica, sendo dificultado o acesso a terra por parte de colonos que não fossem dessa confissão e que não falassem esse idioma. Com essa triagem, a *Volksverein* pretendia formar a colônia Porto Novo: uma comunidade étnica e religiosamente homogênea. Isso conferiu à colônia características próprias que podem ser interpretadas como uma tentativa de implantação de uma comunidade com forte teor utópico: formar uma comunidade pura, homogênea, onde os colonos alemães pudessem viver e progredir, protegidos dos “perigos” que a modernidade representava para a religião e onde pudessem preservar sua identidade étnica e sua religiosidade. A compreensão do sentido do projeto de uma colônia com tais características requer, entretanto, uma análise mais detalhada da trajetória dos jesuítas e da associação que a idealizaram.

A presença da Companhia de Jesus no Sul do Brasil é bem conhecida principalmente devido a seus trabalhos junto à população indígena na região missioneira, os denominados “Sete Povos das Missões”. Bem menos conhecida, entretanto, é sua atuação posterior, a de representantes da Companhia Restaurada, isto é, depois de sua expulsão do reino português e seus domínios ultramarinos por meio das leis do Marquês de Pombal em 1759, as quais contribuíram também para a supressão geral da Ordem em 1773, restaurada posteriormente em 1814. Eram jesuítas alemães os principais protagonistas da Companhia Restaurada que se fizeram presentes no Sul do Brasil a partir de 1849, sendo que o número inicial de três religiosos, dois clérigos e um leigo que vieram naquele ano, aumentou significativamente durante o período do *Kulturkampf* da Alemanha (1870). Os primeiros

jesuítas de língua alemã foram enviados ao Brasil com a finalidade de evitar que os imigrantes perdessem sua religiosidade católica que, a julgar pela correspondência do Pe. Lipinski a seus superiores um ano e meio após sua vinda ao Brasil, em 4 de março de 1851, já estava em fase bastante adiantada:

Não me é possível indicar o número exato de católicos, mas ultrapassam eles, enquanto saiba, as quatro mil almas. Excetuados os recém chegados, nenhum deles, por falta de sacerdotes, se confessa a vinte anos. A falta de sacerdotes e o abuso prejudicial dos casamentos mistos, principalmente na geração mais nova que passa os feriados bebendo e caçando, causou necessariamente uma grande indiferença em assuntos religiosos.

A colônia de São José do Hortênsio, onde a população católica não vive misturada com os protestantes, dá as melhores esperanças. Esta boa gente venera o sacerdote e contribui muito, sem olhar para sua pobreza, a seu templo, que visitam também em dias úteis. Estabelecemos ali uma Irmandade do Escapulário.

Desde nossa chegada até hoje ouvimos ao todo 5.000 confissões, batizamos 200 pessoas e abençoamos 20 matrimônios (LUTTERBECK, 1977, p. 38 e 39).

Para conter “os abusos dos casamentos mistos” e uma certa degradação moral, os padres alemães destinavam-se à atuação junto aos colonos imigrados, no interior. Apenas a partir de 1867, segundo Lutterbeck, SJ³, (1977, p. 64) alguns se instalaram em Porto Alegre e entre eles figurava o Pe. Lipinski, na qualidade de Superior da Residência. “Com os reforços vindos em questão de um decênio, já em 1870 eram 17 os padres e 8 os irmãos procedentes de países de língua alemã”, e de 1869 em diante todo o território Sul-riograndense passou juridicamente, como missão, à Província Alemã da

Companhia de Jesus. Lutterbeck, que também era jesuíta, escrevendo a história da Companhia no Sul do Brasil, assim interpretou as expectativas dos inacianos ao retornar ao Sul do Brasil:

[...] abria-se-lhes um novo campo de atividade apostólica em fins de 1842. Era a vasta região do Rio Grande do Sul ou o território famoso que havia sido um dia teatro da vida edificante, bem como do Martírio do Padre Roque Gonzáles e da história original e trágica das Sete Missões. Claro que os Padres se alegravam por entrar nessa terra e retomar o trabalho interrompido entre índios! Óbvio que sonhassem com novas reduções e populosas aldeias, em que milhares de indígenas apreenderiam a vida cristã, um trabalho útil, e uma moral e cultura elevadas. Mas aquilo por ora não passava de um sonho (LUTTERBECK, 1977, p. 19).

Formar comunidades puras, onde os fiéis “aprenderiam a verdadeira vida cristã, um trabalho útil, uma moral e culturas elevadas”, onde a religião ocupasse um lugar de destaque pode ser considerado como o conteúdo utópico das reduções indígenas. Esse conteúdo não pode ser concebido como algo irrealizável ou fora da realidade, mas sim como um ideal social a ser perseguido. A lembrança das reduções jesuíticas e seu significado não saiu tão rapidamente da memória dos jesuítas. Entretanto, o contexto da Companhia Restaurada era outro e o “sonho de novas reduções” de indígenas se apresentava mais complicado. Restava, pois, atuar junto aos colonos descendentes de imigrantes alemães. Mas o significado utópico, como um ideal social a ser perseguido, uma sociedade considerada perfeita para o desenvolvimento da vida espiritual ou religiosa, acabou por influenciar as posteriores atividades dos jesuítas com os colonos descenden-

tes de alemães, principalmente na elaboração do projeto Porto Novo: uma comunidade homogênea.

A partir de 1872, os primeiros jesuítas receberam reforços em suas atividades. Expulsos da Alemanha por Bismarck, muitos representantes da Companhia de Jesus se instalaram em São Leopoldo, RS, de onde sua atuação se irradiou pela região de colonização alemã do Estado Gaúcho e Oeste do Catarinense. Habitados a viver em meio a um ambiente de intensa concorrência pelo “monopólio da gestão legítima dos bens de salvação” como a Alemanha, os jesuítas passaram a reproduzir junto à população descendente alemã do Rio Grande do Sul algumas das atividades que conheceram na Europa. O contexto político e social da Alemanha da segunda metade do século XIX, com sua rápida industrialização e os problemas sociais daí decorrentes, com as novas idéias sociais que surgiam, como o comunismo, anarquismo, socialismo utópico, enfim, inúmeras doutrinas sociais que pretendiam resolver os problemas sociais, eram em muitos aspectos contrários à religião. Isso contribuiu para que os católicos também desenvolvessem seus pensamentos sociais, os quais posteriormente contribuiriam para a formação da assim chamada Doutrina Social da Igreja. Uma das principais idéias defendidas pelos católicos era o associativismo, concebido como fórmula ideal para congregar trabalhadores e também como alternativa a pensamentos sociais contrários à religião. Aqui cabe mencionar os trabalhos do Bispo de Mainz, na Alemanha, Emmanuel von Ketteler. Ketteler, que fora aluno dos jesuítas e ordenado sacerdote aos 33 anos de idade, pode ser considerado o fundador do catolicismo social na Alemanha e Áustria e, segundo Fernando Bastos de Ávila, SJ, “[...] enfrentou Marx e Las-

sale não só através de seus escritos, mas principalmente na solução prática dos imensos problemas que oprimiam a classe operária" (ÁVILA, 1972, p. 176). Uma das atividades por ele idealizada e implementada foram os círculos operários da Alemanha, que se assemelhavam com as antigas Corporações de Artífices. Essas atividades, portanto, tiveram grandes influências na elaboração do pensamento social da Igreja. Ou citando as próprias palavras de Leão XIII: "Ketteler foi meu grande precursor" (apud ÁVILA, 1972, p. 176). Desta forma, portanto, as atividades desenvolvidas pelos jesuítas que imigraram para o Sul do Brasil foram influenciadas pelos pensamentos sociais desenvolvidos na Alemanha.

Mas o contexto do Sul do Brasil era muito diferente do da Alemanha e por isso sua atuação teve de ser repensada. Eram atividades que procuravam contemplar todas as esferas da vida dos descendentes de imigrantes: na política os jesuítas criaram o Partido Católico, (*Zentrumspartei* o Partido do Centro); na esfera econômica organizaram o sistema de crédito das Caixas Rurais União Popular, ou como os colonos a chamavam, a *Sparkass*, inspirado no sistema de crédito desenvolvido na Alemanha por Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818–1888); na educação a Associação de Professores (*Lehrerverein*); formaram a associação de agricultores (*Bauernverein*), que a partir de 1912 passou a ser denominada Sociedade União Popular para alemães, a *Volksverein*; criaram as Associações Paroquiais (*Pfarervereine*). Além dessas iniciativas, tem-se ainda a fundação de escolas e seminários, hospitais e asilos, assim como também cooperativas de produção agrícola. Auxiliar os colonos em suas lidas diárias e ao mesmo tempo preservar sua religiosidade católica parece,

à primeira vista, ter sido o objetivo perseguido pelos inacianos. Segundo Arthur Rabuske, SJ, as atividades dos jesuítas alemães conferiram uma *nova fisionomia para a igreja no Rio Grande do Sul* (RABUSKE, 1986).

Um dos resultados dessa nova fisionomia, pois, foi a *Volksverein*, a Sociedade União Popular para Católicos Alemães. A compreensão de sua estrutura e objetivos requer, antes de tudo, que se leve em consideração as idéias que a nortearam, pois sua constituição, longe de ser um pensamento isolado de um grupo de religiosos, se insere num movimento mais amplo de mudança da concepção do papel da religião na sociedade. Fundada no Congresso Católico de 1912, realizado em Venâncio Aires, a associação não era a primeira experiência do Pe. Theodor Amstad, SJ, um de seus fundadores, pois também havia sido o principal idealizador do *Bauernverein*, a Associação de Agricultores. De caráter não-confessional e planejada para ser interétnica⁴, a associação dos agricultores organizara a colonização de Cerro Azul, atualmente Cerro Largo, predominantemente católica, e de Santo Cristo, composta por maioria Luterana; ambas no Rio Grande do Sul. A Associação dos Agricultores surgiu no II Congresso Católico, realizado em Santa Catarina da Feliz (Feliz, RS) em 1900 e seus objetivos direcionavam-se principalmente aos problemas econômicos e técnicos dos agricultores, visando auxiliá-los em suas lidas diárias. A associação preocupava-se com os preços dos produtos coloniais, com as técnicas de cultivo, reflorestamento, cuidados com a limpeza da água e preservação de fontes, conservação do solo, enfim, eram inúmeros auxílios referentes aos problemas dos agricultores. Uma das principais idéias defendidas pela associação era o cooperativismo, cujo principal

protagonista foi o Pe. Theodor Amstad, SJ. Entretanto, em 1912 houve uma cisão na associação. Os católicos fundaram a *Volksverein*, uma associação de caráter confessional e os protestantes continuaram com o *Bauernverein*, com o nome de “Liga Colonial”⁵. Carl Middeldorf, numa brochura propagandística das terras de Porto Novo que se destinava a atrair colonos na Alemanha, assim definiu a associação católica:

A Volksverein é a associação dos católicos de fala alemã do Rio Grande do Sul, dos quais assume os interesses materiais e espirituais-culturais. A associação está legalmente constituída, sendo portadora dos direitos de pessoa jurídica. Trabalhos, objetivos, recursos bem como a administração estão previstos em estatutos. Atualmente a associação conta com 10.000 membros contribuintes. De uma pequena cifra inicial, o número cresceu com o passar dos anos para esta elevada soma. No ‘Skt. Paulusblatt’, o periódico redigido e publicado mensalmente pela Associação, são oferecidas aos associados muitas e importantes matérias de leitura como lições de economia rural, orientações espirituais e educação cívica. A Volksverein deve e pode assumir a representação dos anseios dos católicos de fala alemã, mesmo daqueles que ainda não se associaram, pois os frutos de seu trabalho vem para o bem de todos os associados e não associados. Por isso, espera que também aqueles que até o momento não se associaram entrem em suas fileiras (MIDDELDORF, 1932, p. 46).

Portanto, a *Volksverein* se apresentava como uma associação de alemães e descendentes católicos, que tinha como objetivos “assumir os interesses materiais, espirituais e culturais” dos associados. Nota-se, dessa forma, que sua finalidade era abrangente e sua área de atuação ampla. Intimamente ligada com as

Assembléias Gerais dos Católicos⁶, cujas resoluções pretendia pôr em prática, a idéia que norteou a fundação da *Volksverein* era formar uma estrutura que ordenasse as demais atividades e abrangesse todas as comunidades em que se fizessem presentes descendentes de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul, fazendo com que pelo menos um representante participasse ativamente. Para isso, cada comunidade elegeria um delegado que participaria das reuniões ou assembléias, nos denominados *Katholikentage* ou Congressos Católicos, apresentando os problemas de sua localidade e também propondo soluções e sugestões. Depois dos encontros, ele voltaria para sua comunidade e então debateria com os demais membros aquilo que havia sido discutido e decidido nas Assembléias.

Uma figura muito importante para o funcionamento da associação era o Secretário Itinerante, ou o *Reisesekretär*, que até 1926 era um jesuíta. Sendo inicialmente o Pe. Theodor Amstad, SJ⁷, que devido a um acidente foi substituído no cargo em 1921 pelo Pe. Johannes Rick, SJ⁸, o Secretário Itinerante percorria toda comunidade, sendo uma de suas atribuições, conforme escreve Lúcio Kreutz, cuidar das atividades das comunidades:

Não tendo nada a ver com uma mera função de secretário, o *Reisesekretär*, sem dúvida, foi o elemento estratégico na animação geral e na inspiração de novas iniciativas do Projeto Católico Regional. Com uma visão de totalidade e simultaneamente conhecedor da especificidade das picadas ou núcleos rurais, era ele quem articulava novas iniciativas, contornava desentendimentos e, especialmente, conjugava e canalizava os esforços comuns para objetivos comuns. Destacaram-se nesta função alguns jesuítas com muita ha-

bilidade, visão organizativa e liderança pessoal, bem ao gosto dos colonos. Para a geração mais antiga o *Reisesekretär* rememora, ainda hoje (1984), uma figura quase mítica, mesmo 40 anos após sua cessação (KREUTZ, 1991, p. 46).

A importância desse personagem no funcionamento da associação foi ressaltada também por Arthur Rambo (1992, p. 53), que a comparou ao caixeiro-viajante:

O secretário-itinerante pode ser comparado, ressalvadas as peculiaridades específicas, a um outro personagem da época: o caixeiro viajante. Se o caixeiro viajante garantia ao relacionamento entre as casas de comércio da capital e as mais afastadas picadas do interior, o secretário-itinerante encarregava-se em manter o fluxo constante entre a diretoria central da Sociedade União Popular e as comunidades do interior e dessas para com a diretoria central.

Com relação ao Secretário Itinerante Theodor Amstad, SJ, escreve Arthur Rabuske, SJ, (1974, p. 53):

[...] ele conhecia a Colônia palmo por palmo [...] pois a percorreu diversas vezes, em todas as direções da rosa de ventos, no lombo da mula. Sabe-se que, nessas suas andanças de povoado em povoado, por estradas primitivas, viajando uma média de 700 horas 'a cavalo' por ano, o P. Amstad tenha coberto uma distância correspondente a três vezes a volta ao globo (pela linha do Equador).

Deixando de lado o aspecto pitoresco, o que deve ser ressaltado, entretanto, é a maneira pela qual se estruturou a *Volkverein*: formar uma estrutura associativa que abrangesse todas as colônias alemãs do Rio Grande do Sul e incentivar a participação ativa de

leigos de todas as comunidades. O Secretário Geral devia ser, portanto, uma figura carismática capaz de funcionar como elo entre as comunidades espalhadas pelo interior gaúcho e Oeste Catarinense.

A idéia que norteou a fundação da associação estava em sintonia com os princípios de Leão XIII. É o que escreve Maria Rohde (1951, p. 53):

Em 15 de fevereiro de 1922, em uma reunião geral da ordem religiosa em Porto Alegre, foram marcadas, pela primeira vez desde o fim da guerra, pelo Padre Rick os novos esforços e metas da *Volkverein*. Sob a direção geral da *Volkverein* deveriam se anexar todas as associações católicas. Satisfazer as intenções do grande Papa social Leão XIII, que deu à vida social católica Italiana seus estatutos, os quais deveriam servir de exemplo a nossa *Volkverein*.

Os pensamentos fundamentais dos Santos Padres eram os que seguem:

1- Concentração de todas as forças católicas dos países em direção a um mesmo objetivo: defender, conservar e fomentar a fé e a vida católica.

2- Dirigir a associação através de reuniões delegativas, comitês centrais e condutores de comissões.

3- Dividir territorialmente toda terra em ligas diocesanas e sociedades locais.

4- Atingir os objetivos da associação através de distribuições da ação da associação em diferentes seções com seus próprios diretores.

5- Incorporar as associações e ligas já existentes, especialmente aquelas que cultivam e tratam dos objetivos da ação católica.

A respeito das atividades promovidas pela *Volkverein*, lia-se no Jornal "A Voz de Chapecó":

A Sociedade União Popular para Católicos do Rio Grande do Sul. Associação civil de finalidades cívicas

cas culturais, visando a assistência social e prática de filantropia, tem sido a grande patrocinadora de iniciativas benéficas, quer promovendo-as diretamente, sob sua responsabilidade jurídica, quer promovendo outras criações autônomas. Entre as realizações em que interveio diretamente, se contam um asilo para velhos e um hospital de caridade, com um patrimônio elevado e um núcleo colonial, afim de para ali escoar o excesso das antigas zonas coloniais do Rio Grande do Sul, cingindo-se, porém, exclusivamente, a vinda de agricultores católicos. Ainda uma série de iniciativas se contam entre seus méritos, como sejam, para só citar algumas: carteira gratuita de assistência a desempregados, combate às pragas das culturas e criação, assistência jurídica, etc... Foi ela quem fundou a extinta Sociedade Leprosária Riograndense, que, durante longos anos, procurou minorar o sofrimento dos infelizes humanos. Entretanto, entre as suas obras meritórias se destacam, em seu favor, as Caixas Rurais, que formam a mais importante organização do gênero, em toda América do Sul (A VOZ DE CHAPECÓ, 27 de fev. de 1949, p. 5).

Eram atividades bem vistas e elogiadas pelo jornal, uma vez que se referiam a problemas dos colonos: saúde, velhice, problemas de cultivo das terras, questões econômicas e financeiras. Conforme o texto citado, havia a preocupação especial com a situação material do colono, especialmente com problemas relacionados ao cultivo da terra e formas mais facilitadas de acesso a ela. Há referência de amparo a desempregados, de assistência jurídica, de problemas com pragas da agricultura e criação, da formação de um núcleo colonial e do sistema de crédito das Caixas Rurais. Dessa forma, portanto, a atuação da *Volksverein* sugere que suas preocupações iam além da comercialização de terras para obter lucros e que suas

preocupações direcionavam-se principalmente ao desenvolvimento material e espiritual da colônia.

Essa sugestão se reforça na medida em que se entra em contato com alguns textos veiculados pela associação:

A colonização de Porto Novo não é um empreendimento comercial. Não visa a especulação financeira e segue unicamente o programa de colonização. A *Volkverein* persegue objetivos colonizatórios, econômicos e culturais. A serviço da religião e da identidade do povo, visa colonizar as terras com agricultores católicos de fala alemã (MIDDELDORF, 1932 p. 07).

O fragmento transcrito faz pensar que havia um projeto colonizatório, constituído por determinados objetivos relacionados com a vida social e cultural dos colonos. Em outras palavras, pode-se pensar que o projeto colonizatório era norteado por um “ideal de vida social”, o qual se constituía de determinados pensamentos acerca do que seria a sociedade perfeita para o colono viver dentro dos princípios da fé católica. Um desses pensamentos estava fortemente relacionado à preocupação com o *Volkstum*, a “identidade do povo”, entendida como a maneira de ser dos colonos alemães. Essa identidade, amparada em determinadas características culturais trazidas pelos primeiros imigrantes, entre elas sua religiosidade, estaria se enfraquecendo nas primeiras décadas do século XX e por isso a idéia de direcionar a migração dos descendentes de imigrantes para um determinado local e promover atividades de fortalecimento da etnicidade.

A região deveria ser constituída por pequenas propriedades rurais, em moldes não muito diferentes dos lotes das antigas colônias. Isso resultaria numa

estrutura fundiária ideal para o desenvolvimento da vida comunitária dos colonos. Vinte e cinco hectares seria terra suficiente para uma família se estabelecer, sobreviver e até progredir. Pequenas comunidades, com lotes não muito distantes de um pequeno centro com igreja e escola, talvez ainda uma venda e salão de festas seria o cenário ideal para a nova colônia da *Volksverein*. Lúcio Kreutz chama atenção para a importância da estrutura das pequenas comunidades ou linhas coloniais⁹.

Insisto na explicitação a estrutura física destes núcleos coloniais, pois eles são a base sem a qual a rede de organizações socioculturais e religiosas a animar e caracterizar a vida dos colonos, praticamente sem a marginalização de ninguém que compusesse esta comunidade rural. Prevía-se a participação de todos na igreja, escola e associações, inclusive com trabalhos concretos (KREUTZ, 1991, p. 57).

A estrutura ideal seria, portanto, aquela que mais facilitasse a integração dos moradores, mesmo os mais distantes, à comunidade, isto é, à participação dos eventos, principalmente os religiosos. Por isso seria importante organizar as linhas coloniais de modo que as comunidades não distanciassem muito uma das outras e os lotes estivessem próximos do centro da comunidade, onde havia a igreja e a escola.

Mas o mais importante de tudo, na concepção dos idealizadores da colônia, era a homogeneidade do elemento humano, o que evitaria uma série de “fontes de perigo para o bem-estar espiritual e corporal” (SCHUHEN, 1934). Por isso, os lotes deviam ser vendidos tendo o cuidado de separar o joio do trigo, quer dizer, deviam ser privilegiados os descendentes de

imigrantes alemães de religião católica e dificultado o acesso a terra por parte de colonos que não fossem dessa confissão e que não falassem este idioma. Com esta triagem, pois, pretendia-se formar a comunidade étnica e religiosamente homogênea.

A referência à “boa identidade do povo”, o *Volks-tum*, e a religiosidade católica se faziam freqüentemente presentes nos discursos e nas práticas da *Volksverein*. A importância de se preservar a língua alemã dos colonos, a necessidade de seus filhos freqüentarem a escola para não perderem sua fé católica e “regredir à superstição”, (POCHMANN, 1932, p. 128 e 129) a importância de participar das associações como forma de manter “o espírito comunitário” (MIDDELDORF, 1932, p.13) e o cooperativismo como fórmula de desenvolvimento econômico eram os principais pensamentos sociais que norteavam as práticas dos jesuítas e, por extensão, da *Volksverein*. Visava-se, com isso, alcançar um determinado estilo de vida social no qual a idéia de etnia e religião era quase que inseparável e ocupava um lugar fundamental. A etnia era a alemã e a religiosidade, a estabelecida nos moldes do Concílio de Trento, um catolicismo romanizado e racionalizado. Isso permite pensar que as práticas dos agentes religiosos, bem como as representações acerca do mundo social, mobilizadas em seus discursos, visavam atender um grupo social específico, cuja fronteira baseava-se num princípio étnico¹⁰.

Formar comunidades homogêneas não era pensamento exclusivo dos idealizadores da colônia Porto Novo. Esse pensamento era também a promessa e estratégia das empresas de colonização privadas, pois isto trazia inúmeras vantagens e menos custos, além do que, os colonos preferiam se estabelecer em tais

linhas coloniais. Mas parece que para os jesuítas a homogeneidade não tinha um caráter meramente funcional, constituindo-se num dos fundamentos básicos da vida em comunidade. Essa idéia, entre os jesuítas, era bastante antiga. Veja-se, por exemplo, a correspondência de um dos primeiros jesuítas de língua alemã da Ordem Restaurada que foi ao Rio Grande do Sul, o Pe. Lipiski, SJ. Naquela época, 1851, ele já havia mencionado os perigos dos “casamentos mistos” e os progressos da colônia de São José do Hortêncio, onde “[...] a população não vivia misturada com os protestantes” (LUTTERBECK, 1977, p. 38 e 39)¹¹.

A idéia de organizar uma colônia formada exclusivamente por descendentes alemães de religião católica era pois bastante antiga, pode-se até dizer que nasceu junto com a fundação da *Volksverein* em 1912. A princípio, a intenção era colonizar terras no estado do Rio Grande do Sul “[...] onde já existiam escolas e Igrejas” (ROHDE, 1951, p. 24). Mas isso se mostrou inviável devido aos preços da terra. Além disso, o então governo do Rio Grande do Sul, parece, não via com “bons olhos” uma colonização formada exclusivamente por alemães católicos. É o que escreve o Pe. Rick, SJ:

Numa consulta do Sr. Alberto Bins ao Governador do Estado, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, pronunciou-se este disposto a colocar terras a venda para os católicos alemães. Por causa disto fizemos um requerimento por terras, situadas perto de Santa Rosa e Três Arroios. Entregou-se essa petição ao Dr. Borges de Medeiros, mas ela acabou não tendo qualquer resposta. Fui eu mesmo, por quatro vezes, ao palácio por motivo desta situação. Desculpava-se Sua Senhoria de cada vez com o fato da falta de medições. Na minha última visita, disse-lhe eu sucintamente que pouco se nos dava da circunstância de a medição

fazer-se um ano mais cedo ou um ano mais tarde, sendo nosso desejo termos uma resposta decisiva no sentido de realmente podermos esperar a recepção de tais terras...

E ela não veio. O homem a impedir o negócio, era o Dr. Carlos Torres Gonçalves, inimigo dos 'alemães' e pessoa hostil aos católicos (RICK, 1989, p.117).

A alternativa que se lhes apresentou, portanto, foi a colonização de terras do Oeste Catarinense, que eram apresentadas como férteis e baratas.

O plano de formar uma colonização fechada somente para pessoas alemãs, cujo modelo todos aprovaram, começou com dificuldade, mas muito bem feito. Baseada no velho Bauernverein que criou a colônia Serro Azul, a idéia não foi nova para a Volksverein. Já nos anos 1916-17 o pensamento estava maduro e pairavam negociações com a Companhia Colonizadora Luce, Rosa e Cia, e a Volksverein provavelmente teria a disposição um vasto território para formar uma colonização, bastante a leste da atual colônia Porto Novo (METZLER, 1934, p. 10 e ROHDE, 1951, p. 20).

Com o advento da I Guerra Mundial, os planos da *Volksverein* foram abalados e o negócio com a colonizadora Luce, Rosa e Cia. não foi realizado. Mas, ao que tudo indica, pairavam outras relações entre a *Volksverein* e esta colonizadora. Havia entre eles uma espécie de acordo que envolvia a formação da colônia de Três Arroios. A Sociedade União Popular dava seu aval acerca da fertilidade do solo e condições de colonização, em troca a colonizadora formaria a colônia de Três Arroios exclusivamente com alemães católicos. Assim, a idéia de uma colônia homogênea finalmente parecia se realizar. Entretanto, a colonizadora não seguiu o acordo e acabou vendendo terras a itali-

anos (ZILLES, 1951). Mas a idéia de formar uma colonização de alemães católicos não morreu e dez anos mais tarde, no 12º Congresso Católico, realizado em Novo Hamburgo em 1926, a compra da Empresa Chapecó Pepery Ltda já havia sido concretizada, depois de diversas viagens da comissão de terras da *Volksverein* para verificar as condições e a fertilidade das terras. A decisão fora tomada numa reunião de delegados realizada em 26 e 27 de abril de 1925 em Santa Cruz do Sul. A compra da primeira parte da terra, cujos lotes posteriormente seriam revendidos a colonos, foi realizada no dia 28 de janeiro de 1926, numa reunião da qual participaram Jacob Becker e o Pe. Johannes Rick SJ, como representantes da *Volksverein*, e o Pastor Luterano Hermann Faulhaber, diretor da Empresa Chapecó Pepery Ltda¹². Os recursos necessários para a compra e o início da Colônia foram conseguidos graças à Central das Caixas Rurais União Popular, fundada nesse ano, pois uma Caixa Rural sozinha dificilmente teria tão grande quantia, mas todas juntas, reunidas na Central, puderam disponibilizar os recursos necessários¹³. Assim, foi dado o pontapé inicial para a realização da já antiga idéia de uma colônia homogênea.

Mas isso não aconteceu sem algumas desagradáveis exasperações. A preocupação com a homogeneidade étnica, ou seja, com a preservação de traços culturais do descendente alemão, conferiu à Companhia de Jesus um certo mal-estar em sua relação com o Bispo de Porto Alegre, D. João Becker. Na ocasião da I Guerra Mundial, o Bispo, que era alemão nato e ex-aluno do Pe. Johannes Rick, SJ, seguindo as diretrizes do clero nacional, que ordenava a “[...] mais completa adesão dos párocos à política externa brasileira” e “[...]

impunha a obrigatoriedade do ensino do português em todas as escolas católicas situadas na zona rural”, (ISAIA, 1992, p. 71) provocou insatisfações entre os jesuítas, a ponto de o Pe. Balduino Rambo, SJ o acusar de traidor de sua germanidade. O fato vem registrado na tese de Artur César Isaia, que cita a insatisfação do Pe. Rambo:

Este Homem, nascido em Winterbach, Hunsrück, cujos pais não conheciam o português e cuja formação toda provinha do alemão, cujas Cartas Pastorais foram respingadas de livros alemães, negou e traiu sua germanidade de maneira mais desavergonhada¹⁴.

Dessa forma, evidencia-se que uma das preocupações centrais dos jesuítas era preservar os bens culturais dos descendentes de alemães, entre os quais incluía-se a língua alemã. Para isso, a melhor maneira vislumbrada era direcionar a colonização a uma determinada região, o Oeste Catarinense, onde havia terras férteis, cobertas por densa floresta e, principalmente, afastadas dos perigos que atacam de todos os lados a religiosidade do fiel, um lugar “onde todos seriam semelhantes”, o que não causaria transtornos para o “corpo e para a alma”. Os perigos foram expostos mais detalhadamente no Congresso Católico realizado em Porto Novo em 1934. Na palestra intitulada “Fontes de perigo para o corpo e para a alma”, que não era a única a tratar desse assunto, expõe-se explicitamente o que seria o maior perigo:

Eu nomeio como primeira e principal fonte de perigo para a perda da fé, seu enfraquecimento e a negligência religiosa: as colônias ou colonizações mistas do nosso Brasil tão belo e cordial.

Quando eu digo colônias mistas, me refiro em primeiro lugar às colônias com mistura de confissões, mas também com mistura de nacionalidades (SCHUHEN, 1934, p. 116).

De acordo com o orador, as colônias mistas traziam muitos problemas à religiosidade do colono. No que se refere à mistura de confissões, o principal perigo residia nos casamentos.

Se numa colônia estiverem vários credos, não deixarão de acontecer casamentos mistos, que são tão veementemente condenados pela mais sábia instrutora dos povos, a igreja católica. Conforme mostra a experiência, na maioria das vezes diminui o número de católicos. Eles se tornam infiéis e enfraquecem em sua fé e poucas vezes ou nunca praticam a fé católica. É impossível manter as crianças, mesmo sendo batizadas na igreja católica, numa verdadeira educação católica. Também, nestas colônias não podem ser fundadas escolas com orientação religiosa. Desta forma, as crianças crescem sem instrução religiosa e, mesmo vivendo em paz e harmonia religiosa, é muito fácil se estabelecer a perigosa indiferença religiosa. É certo que 'todos cremos num único Deus', mas assim o pensar e sentir católico enfraquece cada vez mais (SCHUHEN, 1934, p. 116 e 117).

Já no que se refere à mistura de nacionalidades, o que mais se temia era a ausência do "espírito comunitário", ocasionado pelo desconhecimento da língua. O convívio, por exemplo, de descendentes de alemães com italianos numa mesma comunidade dificultaria a comunicação entre eles, o que tornaria quase impossível o "espírito comunitário". Também o serviço religioso sairia prejudicado, pois não poderia ser celebrado na língua conhecida pelos colonos. A celebra-

ção em português também mostrava-se problemática, pois muitos não conheciam a língua nacional. A melhor solução seria, portanto, a formação de colônias homogêneas onde todos falassem o alemão e onde o culto religioso poderia ser celebrado na língua conhecida dos colonos.

Também as colônias com mistura de nacionalidades são, em menor grau, um perigo para a religião. Não por ser a língua ou a nacionalidade em si um perigo, pois um católico é católico em todos os lugares, abrange todos os povos e todas as nações, ou como se diz hoje em dia, é internacional. Mas nas colônias de nacionalidade mista, falta geralmente o espírito comunitário, o serviço religioso coletivo, que especialmente neste grande e abençoado Brasil é o apoio da fé. Se viajarmos pela região de colonização se percebe que nos lugares em que é praticado o serviço religioso coletivo, onde há a participação de todos, é que se mantém a fé. Nas colônias, especialmente nas novas colônias, em que se encontram muitos colonos que ainda não conhecem a língua deste hospitaleiro Brasil, o serviço religioso não deve ser celebrado na língua nacional. Estes, dos quais se encontra muitos, ficam bem distantes com a desculpa: 'Ach! eu não entendo nada!'. Aqueles que ficam distantes do serviço religioso, enfraquecem e se tornam negligentes e incrédulos (SCHUHEN, 1934, p. 117).

A ausência do espírito comunitário é considerada uma ameaça à fé. Esse princípio é válido, de acordo com o palestrante, não somente para as colônias de descendentes de alemães, mas também para as de descendência polonesa, italiana, russa, e assim por diante. Assim, "[...] depois de alguns anos tem-se verdadeiras escolas e colônias alemãs-brasileiras ou ítalo-brasileiras" (SCHUHEN, 1934, p. 118). Pode-se notar que a idéia era preservar as características dos grupos

étnicos, sejam descendentes de alemães, de italianos, poloneses, com o objetivo de evitar que os fiéis “regredissem à superstição” (POCHMANN, 1934, p. 128 e 129), isto é, manter sua fé e hábitos católicos.

“Regredir à superstição” estava intimamente associada ao catolicismo tradicional e festivo luso-brasileiro, que deveria ser evitado ou substituído por algo mais “sério e rígido como o clima alemão” (ROHDE, 1951, p. 142). É o que se explica na palestra de Maria Rohde intitulada “Um voto de lealdade à maneira de ser de nossos antepassados”, proferida no referido Congresso Católico de Porto Novo, de 1934.

Ancorados firmemente em nossa bela pátria brasileira, lembramos orgulhosos nossa descendência alemã e nos reconhecemos fiéis à nossa religião católica e a nossa maneira de ser alemã. O que nossos pais celebraram antigamente, isso nós também ainda hoje celebramos. O que fazia seu orgulho, também faz hoje o nosso e como eles trabalhavam, assim também nós hoje o fizemos. Fidelidade e honestidade, este era seu lema e também deve ser o nosso.

O que eles celebraram?

Páscoa, festa do Espírito Santo, Natal! Onde estas festas da igreja eram celebradas mais séria e elevadamente a não ser nas terras alemãs? [...] séria e rígida como o clima alemão, como toda a vida alemã, também as festas religiosas e mundanas são comemoradas à maneira alemã. A luta pela existência nas terras alemãs sempre foi difícil, pois o espaço se reduzia e a situação exigia toda força das pessoas. Esta luta, este permanente conflito, forjou esta gente, a comprovou perante o amolecimento (ROHDE, 1934, p. 142 e 143).

Manter-se fiel à “maneira de ser alemã”, com seu modo de celebrar a missa, assim como festas populares e religiosas, parece ter sido esse o sentido da

homogeneidade. Portanto, ela se revestia, em última instância, de significados religiosos.

A compreensão da atuação dos jesuítas ao projetar a colônia Porto Novo é facilitada se se levar em consideração alguns conceitos desenvolvidos por Bourdieu acerca do funcionamento do campo religioso. Nesse sentido, pode ser proveitoso a idéia de

[...] trabalho religioso realizado pelos agentes e porta vozes especializados, investidos do poder, institucional ou não, de responder através de um tipo determinado de prática ou de discursos a uma categoria particular de necessidade próprias a grupos sociais determinados (BOURDIEU, 1992, p. 79).

De acordo com esse pensamento, os jesuítas aparecem como “os porta-vozes especializados” dos interesses de um grupo social específico, “com um tipo determinado de prática ou de discursos a uma categoria particular de necessidades próprias a grupos sociais determinados”. Nesse caso, as necessidades ultrapassam a esfera propriamente religiosa e se direcionam aos problemas materiais, mais próximos da realidade do grupo social. Entretanto, visam atender os interesses do próprio grupo de agentes religiosos de manter os fiéis na fé católica, ou se se preferir na terminologia de Bourdieu, manter o “monopólio da gestão legítima dos bens de salvação”.

Assim, pode-se pensar que o objetivo último do projeto de Porto Novo era direcionar a colonização a uma determinada região, o Oeste Catarinense, onde havia terras férteis, cobertas por densa floresta e, o que era importante, afastadas das “influências nefastas do ateísmo e da imoralidade”¹⁴, para ali fundar comunidades paroquiais, escolas, cooperativas e associações

recreativas (SCHUPP, 1974 apud KREUTZ, 1991, p. 69). Isso seria uma forma de evitar a “miscelânea” étnica e religiosa, considerada “[...] o maior perigo para a religiosidade e a boa identidade do povo, especialmente da descendência em crescimento” (METZLER, 1934, p. 11 e ROHDE, 1951, p. 20). Evidencia-se desta forma o caráter utópico da colonização: formar uma comunidade pura, um reino colonial fechado às influências malélicas, onde os fiéis “[...] aprenderiam a verdadeira vida cristã, um trabalho útil, uma moral e culturas elevadas”, onde a religião ocupasse um lugar de destaque, onde “florescessem as virtudes cívicas e religiosas” sendo a homogeneidade étnica seu fundamento (MIDDEL-DORF, 1932, p. 4). Um idílio onde os colonos descendentes de alemães pudessem cultivar seus campos e jardins, celebrar seus cultos religiosos e festejar, tudo na “maneira alemã”, longe dos perigos que abundam na modernidade. Nota-se, assim, uma certa semelhança com o significado das antigas reduções jesuíticas, analisado anteriormente, ou citando as palavras de Artur Rabuske (1974, p. 37), SJ, “[...] talvez tendo ainda na memória a antiga herança Jesuítica das reduções dos Sete Povos ou da região missioneira”. Tem-se, assim, um projeto que não se distancia muito dos ideais do romantismo europeu, que valorizava a vida simples no campo, que via no povo a força que move a história ou que exaltava os hábitos religiosos da Idade Média. Mas isso não significa que a *Volksverein* pretendia manter os colonos num atraso ou que pretendiam uma volta ao passado, mas sim que os colonos deviam progredir economicamente, por isso a *Sparkass*, sem esquecer os valores e a religiosidade católicos, citando as palavras de Franz Metzler (1934), pretendia não “sufocar no materialismo”.

Conclui-se, assim, que a idéia de uma comunidade homogênea se reveste de um significado utópico. A imaginação utópica, “[...] é um pro-jeto (sic), algo que o homem lança à sua frente para, a seguir, partir em busca de sua consecução”. Ela surge:

[...] de fatores subjetivos produzidos, num primeiro momento, apenas no âmbito do indivíduo. Mas, a seguir, ela se nutre dos fatores objetivos produzidos pela tendência social da época, guia-se pelas possibilidades objetivas e reais do instante, que funcionam como elementos mediadores no processo de passagem para o diferente a existir amanhã. Não é fantasia inconseqüente (pelo contrário: deve ter seqüência), mas tampouco se deixa nortear ou corrigir pelo dia-a-dia, pelo terra-a-terra: seu lastro é o da realidade da própria antecipação visada, a única realidade plausível que existe (COELHO, 1985, p. 9).

Em concordância com isso, pode-se pensar que a idéia de formar a colônia surgiu “de fatores subjetivos” produzidos no âmbito de indivíduos como Pe. Max von Lassberg, SJ, Pe. Amstad, SJ, e Pe. Rick, SJ. Em seguida “nutriu-se de fatores objetivos”, uma leitura ou interpretação da realidade dos colonos, como a falta de terras, migração para colônias ditas “mistas”; guiou-se “pelas possibilidades objetivas e reais do instante”, formar uma colônia homogênea no Oeste Catarinense. Dizer que um projeto é utópico não significa que seja absolutamente irrealizável, até porque a idéia de irrealizável, segundo Karl Mannheim, é relativo, ou seja,

[...] depende necessariamente da perspectiva da pessoa, isto é contém em si mesma todo o sistema de pensamento que representa a posição do pensador em

questão e especialmente as valorações políticas subjacentes a este sistema de pensamento (MANNHEIM, 1986, p. 220).

Nesse contexto, considerar um projeto utópico significa dizer que é uma tentativa de romper com a ordem estabelecida e promover um mundo melhor. Nas sociedades de outrora, as chamadas primitivas, a imaginação utópica se apresentava na forma de lendas e crenças que apontavam para um lugar melhor onde seria possível encontrar a felicidade ou uma vida melhor. Nesse contexto, as formas de pensamento religioso se encarregam de servir de veículos principais da imaginação utópica: a idéia de um paraíso a alcançar ou um paraíso perdido são as formas mais comuns de manifestação religiosa da vontade utópica (COELHO, 1985). No caso da religião católica dos jesuítas, o paraíso se localiza noutro mundo e noutro tempo, mas isso não significa a impossibilidade de construir um mundo melhor aqui e agora.

Entretanto, o desenvolvimento ulterior da colônia não seguiu exatamente como havia sido projetado. Em muitos aspectos, os planos dos idealizadores da colônia foram frustrados. Realizada a compra das terras, era hora de pôr em prática o projeto e as idéias que já vinham fermentando há alguns anos. Era, pois, necessário arregimentar os pioneiros, persuadir as famílias a se instalar não nas várias colônias mistas que estavam surgindo no Oeste Catarinense, mas sim formar uma colônia homogênea, sob a coordenação da *Volksverein*. Dada a estrutura da associação, ramificada por todas as regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul, com diversos periódicos, com a *Sparkass*, com a ajuda dos padres das comunidades, isso não

parecia ser muito difícil. A partir de maio de 1926, os primeiros compradores de terras foram se instalando em seus lotes. Jovens, casados, famílias inteiras atravessavam o rio Uruguai, de maneira não muito diferente da de seus antepassados quando saíram da Europa, atravessando o Oceano Atlântico. Instalaram-se então na floresta virgem, não sem dificuldades oriundas nas mais das vezes da falta de informações precisas acerca do que encontrariam na nova colônia.

As empresas colonizadoras, no afã e às vezes necessidade de vender cada vez mais lotes, faziam promessas como construção de estrada, formas de escoamento e comercialização dos produtos coloniais. Viviam com isso atrair mais compradores, mas tais promessas muitas vezes não podiam ser cumpridas. Isso somado à acirrada concorrência das empresas de colonização, uma vez que a venda de terras se tornara um lucrativo negócio, prejudicou a venda de terras e, em consequência, exigiu atitudes novas por parte da direção da colônia, que já não era mais formada por jesuítas, mas por membros leigos da *Volkverein* que tinham mais afinidades com o mundo empresarial, como por exemplo Albano Volkmer, o sucessor que do Pe. Rick, SJ, na função de Secretário.

Nesse contexto, a direção da *Volkverein* lançou mão de diversas estratégias de propaganda, como pagamento parcelado e longos prazos, textos e imagens veiculadas em seus meios de comunicação, tentando mostrar que a melhor alternativa para os migrantes seria Porto Novo, a colônia dos católicos alemães; uma vez que sua estrutura, baseada no lema cristão de “um por todos e todos por um” não deu os resultados esperados e muitas coisas não saíram como o desejado, as medidas e procedimentos adotados, em

alguns aspectos, se mostraram contraditórios com a idéia inicial e, até mesmo, com os próprios ideais da associação. Surgiram assim intrigas e boatos que nem sempre eram resolvidos sem brigas judiciais, como o caso do processo que Albano Volkmer, diretor de colonização da *Volksverein*, instaurou em 1931 contra Hermann Rüdiger, católico fervoroso, por calúnia e difamação¹⁵. Além disso, a associação, passando por dificuldades financeiras, passou a vender as terras reservando para si o direito de comercializar as madeiras de lei, principalmente o cedro, que se encontravam no lote (ROHDE, 1951). A madeira era vendida na Argentina e era exportada via balsas. As dificuldades com o início da colonização e as medidas adotadas pela direção da colônia para contorná-las contribuíram para formar uma imagem não muito positiva da colônia Porto Novo, decepcionando o Pe. Rick “[...] ao extremo de ele decidir não mais colocar os pés na colônia que ele mesmo ajudara a fundar” (ZILLES, 1992, p. 158).

2. Notas

1 Analisando alguns textos da década de 20, pode-se constatar que a idéia que norteava a colonização do Oeste Catarinense se revestia de um sentido civilizatório, que significava excluir exatamente a população cabocla e inserir os colonos descendentes de imigrantes europeus. A região, antes da colonização, era vista como uma “terra sem-lei”, um “fa-roeste” onde tudo é “resolvido no trabuco”. Essa situação não era de interesse do Estado, especialmente por se tratar de uma região de fronteira com a Argentina. Atribuía-se, em parte, essa situação à índole e estilo de vida da população que ali vivia, os denominados caboclos. A alternativa vislumbrada para reverter essa situação foi a migração de colonos descendentes de imigrantes europeus, considerados os “obreiros da civilização”. Com sua ética de trabalho, levariam o “progresso”, “o desenvolvimento econômico” à região. Desta forma, portanto, colonizar significava civilizar. Nessa perspectiva, o conceito de civilização

está intimamente relacionado com pacificação, fundação de cidades e instituições, desenvolvimento econômico capitalista. Os textos analisados foram: D'êça (1992); Breves (1985); Costa (1929); Perfeito da Silva (1950). Uma análise mais detalhada deste aspecto pode ser encontrada em Renk, 1990.

2 Localizada na extremidade Oeste do território catarinense, nas margens do rio Uruguai, a colônia Porto Novo passou, em 1929, a se denominar Itapiranga, que se emancipou politicamente do Município de Chapecó em 1954. Seus dois distritos, Tunas e São João se emanciparam posteriormente, formando os atuais município de Tunápolis e São João do Oeste.

3 A sigla é usada pelos jesuítas para identificar seu pertencimento à Companhia de Jesus.

4 O caráter interconfessional e interétnico da Associação dos Agricultores é enfatizado por Arthur Rambo. Segundo ele, “[...] pelos seus estatutos, foi a Associação dos Agricultores pensada como uma organização interétnica e interconfessional. As pretensões, portanto, não se limitavam à solução dos problemas dos teutos-brasileiros católicos apenas. Tratava-se de um projeto de promoção humana que não deveria excluir nenhuma das vertentes étnicas ou religiosas presentes no Rio Grande do Sul” (RAMBO, 1992, p. 34).

5 Uma análise mais detalhada acerca do *Bauernverein* pode ser encontrada no texto de Arthur Rabuske (1974), e Rambo (1992). Também há referências em Freitas (1990) p. 77-83 e em Lutterbeck (1977, p. 124-127).

6 Mais conhecidos como *Katholikentage* ou Congressos Católicos, tais eventos eram grandes encontros de católicos de descendência alemã que aconteciam a cada 2 anos, de 1900 a 1936, sendo interrompidos por 10 anos devido à I Guerra, em localidades diferentes do interior do Rio Grande do Sul e 1 ano, em 1934, no Oeste Catarinense, na colônia Porto Novo (Itapiranga).

7 Pe. Theodor Amstad era suíço, nascido em 9 de novembro de 1851 em *Bekenried am Vierwaldstättersee*. Em 1864, com 13 anos, estudou em *Feldkirch*, no Pensionato “*Stella Matutina*” até 1870. Em 3 de outubro de 1870 ingressou na Companhia de Jesus em *Gorheim* e em 1886 veio ao Brasil como Missionário. Atuou nas paróquias de São Sebastião do Caí, São José do Hortêncio, Nova Petrópolis e Lageado. Foi um dos fundadores da *Volksverein* e depois secretário itinerante até que um acidente (uma queda de um cavalo) o tirou de sua atividade (ROHDE, 1951).

8 Filho das Montanhas Tirolesas, o Pe. Johannes E. Rick viu pela primeira vez a luz deste mundo em 19 de janeiro de 1869, em *Dornbirn, Voralberg*, onde seus pais tinham o restaurante “*Grienbaum*”, e uma padaria. Quando atingiu idade adequada, sua mãe o levou pessoalmente a *Feldkirch*, na escola “*Stella Matutina*”. Ali permaneceu o jovem Johannes Rick de 1882 até 1887, quando entrou para a Companhia de Jesus em *Blyenbeeck*, na

Holanda, onde fez o noviciado durante dois anos. Dali seguiu para *Wynandsrade*, também na Holanda, onde por dois anos estudou Humanidades. Depois disso, permaneceu durante três anos em *Exaeten*, ainda na Holanda, e em 1894 voltou ao "*Stella Matutina*", dessa vez como professor de Matemática e Ciências Naturais. De 1898 a 1903 foi teólogo em Walkerburg e em setembro de 1903 veio ao Brasil lecionar em São Leopoldo, onde permaneceu em atividade até 1915. Depois disso foi missionário pelo interior do Rio Grande do Sul. Em 1922 foi chamado a continuar a obra iniciada pelo Pe. Theodor Amstad, substituindo-o como Secretário Itinerante da *Volksverein*. Além desta atividade religiosa, seu nome atravessou as fronteiras brasileiras também como pesquisador da natureza, especialmente de insetos (RODHE, 1951).

9 Linha colonial, às vezes também denominada de "picada", era a linha ou estrada pela qual seguia a colonização. Abria-se uma estrada na floresta, geralmente ao longo do leito de um pequeno rio, a partir da qual se mediam os lotes coloniais, de 25 hectares. Nessas linhas se fundavam as "comunidades", que eram grupos de moradores, com suas propriedades rurais localizadas próximas umas das outras, que construíam uma igreja, escola, salão de festas (As empresas colonizadoras geralmente já destinavam um local para a construção da igreja e escola). Assim, uma linha colonial podia ter mais de uma comunidade, dependendo da estrada e do rio.

10 Uma discussão mais detalhada acerca da relação de etnia e religião na formação da colônia Porto Novo pode ser encontrada em Werle (2002).

11 Referências acerca da preocupação com colônias religiosamente mistas pode ser encontrada também em alguns padres da Alemanha desde os primórdios da emigração. A preocupação maior era com relação aos emigrantes que se direcionavam para os Estados Unidos, mas também há casos relacionados com o Brasil. Veja-se a respeito disso, Ruhe (1958).

12 Nesse dia a *Volksverein* comprou os primeiros 100 lotes coloniais, reservando-se o direito de preferência para comprar mais 900 (KOE-LLN, 1980).

13 O Sistema de Crédito das Caixas Rurais União Popular, conhecido entre os colonos como *Spar- und Darlehenkasse* (caixas de poupança e de empréstimos), foi implementado pelos jesuítas entre os agricultores alemães do Rio Grande do Sul e Oeste Catarinense. Sua idéia mestra era, baseando-se no associativismo, auxiliar nos problemas financeiros dos colonos e especialmente promover ou financiar novas colonizações. O sistema se inspirou nos princípios associativistas de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818 – 1888), que havia desenvolvido cooperativas de crédito na Alemanha, em meados do século XIX. A primeira Caixa Rural foi fundada em 1902, pelo Padre Theodor Amstad, SJ.

14 Anotações do Padre Balduíno Rambo, S.J, 18 de junho de 1946 (apud ISAIA, 1992, p. 71).

15 Trata-se do livreto publicado em 1931 intitulado *Unser Volksverein – Was geht in im vor?* (Nossa *Volksverein* - quais suas prioridades?) que continha diversas denúncias que colocavam em dúvida a integridade moral dos dirigentes da colônia, especialmente de Albano Volkmer. Esse foi acusado de receber propina na compra da terra e, além disso, e o que não era menos importante, vender terras a Arthur Tannhauser, um protestante. Hermann Rüdiger, principal autor das acusações e que escreveu a brochura acusatória, a *Hetzbrochure*, como a chamavam, era católico e, ao que tudo indica, não via com “bons olhos” a substituição do Pe. Rick por um leigo, mesmo que esse tenha sido indicado pelo próprio Pe. Rick. Como as acusações eram demasiado graves, abriu-se um processo por calúnia e difamação contra Hermann Rüdiger, que acabou sendo condenado a se retratar publicamente. O processo foi traduzido para o alemão e publicado pela *Volksverein*: VOLKMER, Albano. *Der Volksverein for Gericht*. Ein Kapitel Vereinsgeschichte aus den Akten des Prozesses Hermann Rüdiger. (Übersetzungen: Carl Middeldorf). Porto Alegre: Tipografia do Centro, [s.d].

3. Referências

ANAIS do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Comissão executiva dos Festejos do Sesquicentenário da imigração Alemã, 1974.

ÁVILA, Fernando Bastos. *Pensamento social antes de Marx*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1972.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. Trad. de Sérgio Miceli, 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Coleção estudos).

BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 3ª fase, nº 6, 1985.

COELHO, Teixeira. *O que é utopia*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, A. Ferreira da. *Oeste Catarinense - Visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia, 1929.

D'EÇA, Othon da Gama. *Aos espanhóis confinantes...* Florianópolis: EDU-FSC, 1992.

Jesuítas alemães e o projeto de uma colônia étnica...

FREITAS, Francisco E. *Cooperativa de crédito caixa união popular Santa Cruz*. Florianópolis: UFSC, (Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação e História), 1990.

ISAIA, Artur César. *O Cajado da Ordem. Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo*. (Tese de Doutorado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), São Paulo, 1992.

JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ, 27 de fev. de 1949.

KOELLN, Arno. *Porto Feliz: a história de uma colonização às margens do Rio Uruguai*. Mondai: Coordenadoria municipal de Ensino, 1980.

KREUTZ, Lúcio. *O Professor paroquial, magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS; Florianópolis: EDUFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LUTTERBECK, Jorge Alfredo. *Jesuítas no sul do Brasil. Capítulos de história da missão e província sul-brasileira da Companhia de Jesus*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, Publicações avulsas, nº 3, 1977.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 4ª edição, Trad. de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

METZLER, Franz. *Die Katholikenversammlung Porto Novo 1934*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1934.

MIDDELDORF, Karl. *Porto Novo - brasilien. Siedlung für deutschsprechende katholiken am Uruguayfluß im Statte Santa Catarina in Brasilien*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1932.

PERFEITO DA SILVA, Zedar. *Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1950.

POCHMANN, Julius. Falches Sparen an der Schule. In: METZLER. *Die Katholikenversammlung Porto Novo*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1934.

RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia Alemã do Rio Grande do Sul. In: *Anais do 1º Simpósio*

de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Comissão Organizadora do Simpósio, 1974.

_____. Nova fisionomia da Igreja no Rio Grande do Sul a partir de 1850. In: *Pesquisas História*. nº 25. Revista do Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, 1986.

RAMBO, Arthur Blásio. A sociedade união popular In. *Perspectiva econômica*, vol. 27, nº 79, Série Cooperativismo nº 32, 1992.

RICK, João Evangelista. Colonização alemã católica no Sul do Brasil. In. *Pesquisas: História* Revista do Instituto Anchieta de Pesquisas. nº27. São Leopoldo, 1989.

RENK, Arlene, *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. (Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 1990.

ROHDE, Maria F. *Wie eine frau eine Urwaldsiedlung wachsen sah*. Beitrag zur 25-jährigen Geschichte der Volksvereinskolonie Porto Novo. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1951.

RUHE, Rudolf. *Die Auswanderung aus der Rudolstädter Oberherrschaft nach Brasilien in der Mitte des 19. Jahrhunderts*. Rud. Heimathefte, nº 4, 1958.

SCHUHEN, Polykarp. Gefahrenquellen für Leib und Seele. In. METZLER, Franz. *Die Katholikenversammlung Porto Novo 1934*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1934.

SCHUPP, Ambros, *Die Deutsche Jesuiten-Mission in Rio Grande do Sul*. Widerherstellung und herausgabe von Pater Arthur Rabuske, S.J. São Leopoldo: UNISINOS, 1974 (Separata do SKT Paulusblatt) apud Kreutz, 1991, p. 69.

VOLKMER, Albano. *Der Volksverein for Gericht. Ein Kapitel Vereinsgeschichte aus den Akten des Prozesses Hermann Rüdiger*. (Übersetzungen: Carl Middeldorf). Porto Alegre: Tipografia do Centro, s.d.

WERLE, André Carlos. Religião e etnia na formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). In. *Esboços*-Revista do Programa de Pós-Graduação em História, nº 8, volume 8 -2000. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

_____. *O reino jesuítico germânico nas Margens do Rio Uruguai: Aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)*. (Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina), Florianópolis, 2001.

ZILLES, Maria. *Porto Novo: Uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912 – 1933)*. (Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, 1992.

Abstract

The german jesuits immigrated to Brazil in the second part of nineteenth century, and with more intensity from 1870 when they were banished of Bismarck Germany. They brought the experiences about some activities, connected to religion or not, happened in Europe and they were introducing to germans descendent immigrants in Rio Grande do Sul State. The result was a group of activities and institutions which culminated in 1926 in the formation of Porto Novo colony in catarinenses margins of Uruguay River, projected to be ethnic and religion homogeneous: german and catholic. The characteristics of Porto Novo project is to show the strong utopian character: to form a pure community, homogeneous, where the german catholics could live and get progress. A place where they could be protected of “modernity ills” and where the could preserve their ethnic identity and their religiousness.

Key Words: Colonization, religion, ethnicity.

